

implicação material, paradoxos da

para designar o sequente duplo válido da LÓGICA PROPOSICIONAL clássica $p \rightarrow q \Leftrightarrow \neg p \vee q$; ou o teorema associado $(p \rightarrow q) \leftrightarrow (\neg p \vee q)$.

implicação material, paradoxos da *Ver* PARADOXOS DA IMPLICAÇÃO MATERIAL.

implicatura convencional Conceito introduzido por Grice para identificar aquelas implicaturas que diferem das IMPLICATURAS CONVERSACIONAIS. Um dos raros exemplos de Grice diz respeito à implicatura que resulta do uso de «mas» em vez de «e» numa frase como «O João é dirigente desportivo mas é honesto» — a qual tem não só o significado explícito de que o João é um dirigente desportivo que é honesto mas também o implícito (por implicatura convencional) de que a combinação dessas duas características numa mesma pessoa é inesperada. Uma vez que a versão com «mas» induz a implicatura e a versão com «e» («O João é dirigente desportivo e é honesto») não induz, então, dado que ambas têm exactamente as mesmas CONDIÇÕES DE VERDADE, tem de se concluir que as implicaturas convencionais não derivam das condições de verdade das frases que as induzem e, logo, que não são identificáveis com IMPLICAÇÕES.

As razões pelas quais as implicaturas convencionais não são também identificáveis com implicaturas conversacionais são, como Grice fez notar, transparentes: estão (como a sua designação indica) convencionalmente associadas a itens lexicais ou expressões específicos — não resultando, por isso, de qualquer cálculo feito com base nas MÁXIMAS CONVERSACIONAIS. Para além disso, não são canceláveis em função do contexto de elocução («mas» transporta sempre a mesma implicatura convencional qualquer que seja o contexto de elocução de frases em que ocorra) e são separáveis (uma vez que, como se viu, é possível que, quando o item que as induz é substituído por outro idêntico no contributo que faz para as condições de verdade das frases em que ocorre, a implicatura não seja preservada).

Um problema básico com o conceito de implicatura convencional é o de que os exemplos consensuais são relativamente escassos

(de modo que o facto de Grice ter sido económico nesse capítulo talvez não seja casual). Correspondentemente, na literatura de SEMÂNTICA, PRAGMÁTICA e filosofia da linguagem, o conceito tem tido menos uso do que Grice provavelmente inicialmente esperaria; e alguns autores têm tendência para o desvalorizar como pouco representativo, quando não mesmo para considerar alguns dos seus alegados exemplos como genuínos casos de implicação, implicatura conversacional ou de PRESSUPOSIÇÃO (como acontece por exemplo com «até»). É necessário reconhecer que nem sempre é fácil, por exemplo, distinguir um caso de implicatura convencional de um caso de pressuposição; no entanto, como se sugere em Levinson 1983, o conceito de implicatura convencional tem talvez um campo de aplicação mais vasto do que tais cépticos defendem, sendo argumentavelmente ilustrado pelo comportamento de deícticos discursivos como «contudo» e «portanto» ou de deícticos sociais como «você», «o senhor» ou «chefe» (como na interrogativa «chefe, vai mais uma imperial?»). *Ver também* CONDIÇÕES DE VERDADE, IMPLICAÇÃO, IMPLICATURA CONVERSACIONAL, MÁXIMAS CONVERSACIONAIS, PRAGMÁTICA, PRESSUPOSIÇÃO. AHB/PS

Karttunen, L. e Peters, S. 1979. Conventional Implicature. In Oh, C.-K. e Dinnen, D. A., orgs. *Syntax and Semantics* 11. Nova Iorque: Academic Press, pp. 1-56.

Levinson, S. 1983. *Pragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press.

implicatura conversacional As implicaturas conversacionais podem ser descritas como INFERÊNCIAS suscitadas por elocuições de frases proferidas em contextos conversacionais específicos, de acordo com o PRINCÍPIO DA COOPERAÇÃO e as MÁXIMAS CONVERSACIONAIS (ou, numa oscilação terminológica frequente, podem ser descritas como as FRASES ou então as PROPOSIÇÕES «implícitas» (*implicated*) por meio dessas inferências). Uma frase f_1 (ou a proposição expressa por ela) é uma implicatura conversacional da elocução de uma frase f_2 se, e só se, a elocução de f_2 , juntamente com as condições para o seu correcto uso conversacio-

nal expressas nas máximas, leva ao compromisso com a verdade de f_1 . Por exemplo, se alguém, em conversa comigo, afirma «está um carro amarelo à porta da casa da Teresa» em resposta ao meu comentário «não faço ideia onde pára o Rui», essa afirmação tem como implicatura «o Rui está em casa da Teresa» (e, já agora, também «o Rui tem um carro amarelo») e eu estou legitimado para interpretar a intervenção do meu interlocutor como afirmando exactamente isso. O que se passou foi que eu realizei uma inferência a partir da frase proferida pelo meu interlocutor e das máximas conversacionais que eu, enquanto conhecedor dos requisitos básicos da participação em qualquer conversa, não posso deixar de presumir que ele está a cumprir. Para esta inferência foi crucial, em particular, o uso da máxima da Relevância, segundo a qual uma contribuição conversacional não pode deixar de ser relevante para o assunto em discussão. Isto é, se uma referência a um carro amarelo em frente da casa da Teresa foi usada como resposta à confissão da minha ignorância do paradeiro do Rui, então eu (porque não posso deixar de presumir que o meu interlocutor está a fazer uma contribuição relevante) tenho de interpretar a sua intervenção como referindo-se, de alguma maneira, ao paradeiro do Rui.

O modo como, em casos como este, o ouvinte infere a intenção comunicativa do locutor deriva de uma das propriedades básicas das implicaturas, designadamente a sua calculabilidade. Por outras palavras, existe um algoritmo que permite em geral decidir se f_2 é ou não uma implicatura conversacional da elocução de f_1 . Como se viu, esse algoritmo é baseado no Princípio de Cooperação e nas máximas conversacionais, designadamente no pressuposto de que estas têm de estar a ser observados por qualquer interveniente que esteja a fazer uso da sua competência conversacional (cláusula iii abaixo). Dada uma frase f_1 proferida num certo contexto conversacional C por um locutor l , esse algoritmo tem, resumidamente, a seguinte forma: i) Se as máximas conversacionais estão a ser observadas por l quando proferiu f_1 em C, então l pretende comunicar f_2 por meio da elocução de f_1 . ii) Se l

pretende comunicar f_2 por meio da elocução de f_1 , então a sua elocução de f_1 significa f_2 . iii) As máximas conversacionais estão a ser observadas por l quando proferiu f_1 em C. iv) Logo, a sua elocução de f_1 significa f_2 .

Outra propriedade básica das implicaturas conversacionais é a de que elas são revogáveis, isto é, podem ser revogadas se se mudar o contexto conversacional (e a intenção comunicativa do locutor que lhe está associada) que as gera. Esta característica distingue-as das IMPLICAÇÕES, uma vez que nenhuma relação de implicação depende do contexto em que as premissas são proferidas. Assim, uma frase como 1 implícita conversacionalmente 2 em certos contextos mas não noutros: 1) «O Mário tem dois carros»; 2) «O Mário tem exactamente dois carros.»

Num contexto como o da resposta à pergunta «Quantos carros tem o Mário?», pode inferir-se, pela Máxima da Qualidade, que 1 é (julgada pelo locutor ser) verdadeira e, pela da Quantidade, que ela fornece toda (e só) a informação (relevante, por Relevância) acerca dos carros do Mário; de modo que, em geral, se poderia concluir que, num tal contexto, 2 é intencionada como verdadeira também. Mas se 1 for proferida como comentário à observação «não conheço ninguém que tenha dois carros», então a implicatura de 1 para 2 não obtém, uma vez que 2 poderia ser tida como falsa nesse caso. Este comportamento contrasta claramente com o das implicações de 1. Tome-se uma implicação de 1 como a que conduz a 3) «O Mário tem pelo menos um carro». Uma tal implicação verifica-se independentemente do contexto em que 1 tenha sido produzida, uma vez que, em todos os contextos conversacionais (ou outros) em que 1 seja verdadeira, 3 é também verdadeira.

A terceira característica detectável nas implicaturas é a da inseparabilidade (*non-detachability*). Isto significa basicamente que uma implicatura I está associada às condições de verdade da frase de cuja elocução é uma implicatura, e por isso não é separável delas. Ou seja, se uma outra frase tiver as mesmas condições de verdade (isto é, for EQUIVALENTE) e for proferida no mesmo contexto, então I é

implicatura conversacional

ainda uma implicatura dessa outra frase. Por exemplo, num contexto de resposta à pergunta «O que achas do Jorge como professor?», visto que 4 é equivalente a 5, a elocução quer de 4 quer de 5 tem como implicatura 6: 4) «O Jorge sabe as canções do José Afonso todas de cor»; 5) «Não há nenhuma canção do José Afonso que o Jorge não saiba de cor»; 6) «O Jorge é um mau professor».

Finalmente, uma quarta característica básica das implicaturas conversacionais é a de serem não convencionais — ao contrário, por exemplo, da implicatura associada convencionalmente à conjunção «mas» segundo a qual uma frase da forma «A mas B» implícita, apenas dado o significado convencional da conjunção «mas» (isto é, sem a intervenção de quaisquer princípios de interacção conversacional), que não seria de esperar B dado A (ver IMPLICATURA CONVENCIONAL).

O conceito de implicatura conversacional e as máximas conversacionais que lhe estão associadas foram introduzidos por Grice (1913-88) nas suas *Lectures on Logic and Conversation* com o objectivo específico de argumentar a favor da teoria de que a lógica clássica (ou melhor, a sua semântica) fornece instrumentos suficientes para a formalização das condições de verdade das frases das línguas naturais (a que vamos chamar teoria T). O raciocínio de Grice é basicamente o seguinte. É um facto que, por exemplo, o significado da frase 7) «O Pedrinho lavou os dentes e foi para a cama.» não se reduz às condições de verdade de uma fórmula da lógica proposicional clássica cuja CONECTIVA principal seja a conjunção \wedge (em particular, o exemplo parece mostrar que a conjunção «e» do Português não é comutativa, ao contrário da sua congénere \wedge). Mas daqui não se segue, argumenta Grice, que tal conectiva não represente adequadamente as condições de verdade de frases como 7. É necessário ter em conta que, ao contrário das fórmulas da lógica proposicional clássica, as asserções das línguas naturais têm de preencher certos requisitos conversacionais (expressos no Princípio de Cooperação e nas máximas). Se tivermos isso em conta, podemos continuar a aceitar a teoria T, isto é, a tese de que as frases das lín-

guas naturais são idênticas às das fórmulas que habitualmente se considera serem as suas traduções formais — por exemplo, podemos continuar a aceitar que as condições de verdade de frases cuja conectiva principal seja «e» são idênticas às daquelas fórmulas da lógica proposicional clássica que resultem (para além da tradução do resto das expressões) de traduzir «e» pela conjunção da lógica proposicional clássica. É que, argumenta Grice, as discrepâncias de significado entre as asserções das línguas naturais e os seus congéneres da lógica são justamente explicáveis à custa da importância desses requisitos na interpretação do significado das primeiras e da sua total irrelevância para a interpretação do significado das segundas. Por exemplo, o facto de 7 não ser estritamente equivalente a 8) «O Pedrinho foi para a cama e lavou os dentes.» apenas significa, segundo Grice, que 7 e 8, ao contrário das fórmulas « $A \wedge B$ » e « $B \wedge A$ », têm (de acordo com a máxima do Estilo) de ser interpretadas como exprimindo a ordem pela qual os factos por elas reportados aconteceram — o que implica que, uma vez que exprimem ordens inversas, elas não sejam estritamente equivalentes. Mas, uma vez que esta não equivalência se deve a factores que não têm a ver com as condições de verdade de 7 e 8 — mas antes com restrições de carácter conversacional — ela é compatível com o ponto de vista de que as condições de verdade de 7 e de 8 são exaustivamente cobertas por $A \wedge B$ (ou, visto que \wedge é comutativa, por $B \wedge A$).

Este argumento de Grice deve ser interpretado como sendo aplicável a quaisquer construções das línguas naturais, e notoriamente às condicionais (ver também CONDICIONAIS, TEORIAS DAS). Por outras palavras, o exemplo da discrepância de significado entre «e» e \wedge deve ser interpretado como ilustrativo de um argumento mais geral segundo o qual é necessário distinguir pelo menos duas acepções da palavra «significado»: a acepção semântica, relativa às condições de verdade, e a acepção pragmática, relativa às CONDIÇÕES DE ASSERTIBILIDADE num contexto conversacional e gerador de implicaturas conversacionais. Como o exemplo do paradeiro do Rui mostra, parece haver dados

suficientes para fazer esta distinção. E, como se viu, esta distinção parece ser tudo aquilo de que precisamos para, apesar dos aparentes contra-exemplos, defendermos a teoria T.

A teoria T tem diversos pontos fracos (*ver* uma refutação deste argumento de Grice sobre condicionais no artigo CONDICIONAIS, TEORIAS DAS). No entanto, o conceito de implicatura conversacional propriamente dito, tal como foi analisado por Grice, é suficientemente robusto para ser hoje consensualmente admitido como parte do património conceptual da pragmática e da filosofia da linguagem. *Ver também* FILOSOFIA DA LINGUAGEM COMUM, IMPLICAÇÃO, MÁXIMAS CONVERSACIONAIS, PRINCÍPIO DE COOPERAÇÃO, SIGNIFICADO, PRESSUPOSIÇÃO, PRAGMÁTICA. AHB/PS

Grice, P. 1989. *Studies in the Way of Words*. Cambridge, MA: Harvard University Press.

Levinson, S. 1983. *Pragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press.

importação Tradicionalmente, as inferências da lógica proposicional clássica $(A \wedge B) \rightarrow C \square A \rightarrow (B \rightarrow C)$ e $A \rightarrow (B \rightarrow C) \square (A \wedge B) \rightarrow C$ são conhecidas, respectivamente, como EXPORTAÇÃO e importação, assim como os teoremas correspondentes $\square((A \wedge B) \rightarrow C) \rightarrow (A \rightarrow (B \rightarrow C))$ e $\square(A \rightarrow (B \rightarrow C)) \rightarrow (A \wedge B) \rightarrow C$.

Em geral, importar um operador O é gerar uma frase F' a partir de uma frase F através da permutação de O com outro(s) operador(es), de tal modo que o ÂMBITO de O passe a ser mais curto do que o do(s) outro(s) operador(es). Por exemplo, dada a frase «Tudo é necessariamente feito de matéria» ($\forall x :Mx$), o quantificador universal pode ser importado, gerando assim a frase «Necessariamente, tudo é feito de matéria» ($:\forall x Mx$). Esta importação é falaciosa se admitirmos mundos possíveis que tenham objectos que não sejam feitos de matéria, apesar de tudo o que existe no mundo actual ser feito de matéria em todos os mundos possíveis — imagine-se que há mundos possíveis com coisas que não sejam feitas de matéria, como almas, que não existam no mundo actual. A importação pode, pois, dar origem a falácias, a mais conhecida das quais é a FALÁCIA DA PER-

MUTAÇÃO DE QUANTIFICADORES. DM

impossibilidade Uma impossibilidade lógica é uma FALSIDADE LÓGICA. A negação da impossibilidade é, neste sentido, uma TAUTOLOGIA ou VERDADE LÓGICA. A impossibilidade é um conceito MODAL: *p* é impossível se, e só se, $:\neg p$ — isto é, se a sua negação é NECESSÁRIA. Os sentidos lógico e metafísico de impossibilidade não coincidem porque apesar de todas as impossibilidades lógicas serem impossibilidades metafísicas, nem todas as impossibilidades metafísicas são impossibilidades lógicas — os essencialistas defendem que uma frase como «A água não é H₂O» é uma impossibilidade metafísica, apesar de não se tratar de uma impossibilidade lógica. DM

imprecisão O mesmo que VAGUEZA.

inatismo Os proponentes da hipótese inatista defendem que os seres humanos se encontram geneticamente determinados para aprender a linguagem e que o tipo de LÍNGUAS NATURAIS que é possível aprender se encontra também geneticamente determinado.

O argumento central usado a favor desta hipótese recorre ao contraste entre I) a complexidade estrutural, II) a extensão e III) a uniformidade do conhecimento específico (linguístico) que os falantes de uma dada língua natural possuem ao dominarem essa língua, por um lado, e os dados I') não estruturados, II') escassos e III') desiguais de falante para falante, a partir dos quais esse conhecimento é adquirido, por outro lado.

Interessa notar que a linguagem é em geral adquirida desde os primeiros meses de idade. Às crianças não é apresentada qualquer gramática ou lista de vocabulário. As crianças não são explicitamente ensinadas a falar como são, por exemplo, explicitamente treinadas a andar de bicicleta ou a executar operações aritméticas. Elas limitam-se a ter acesso a alguns enunciados produzidos por falantes que as rodeiam, e a exercitarem-se, espontaneamente, sem plano de treino e, tipicamente, sem correcção posterior, na produção de enunciados.

Apesar de terem estado expostas a um con-

Direcção de
JOÃO BRANQUINHO
DESIDÉRIO MURCHO
NELSON GONÇALVES GOMES

ENCICLOPÉDIA DE TERMOS
LÓGICO-FILOSÓFICOS

2005